



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

SEÇÃO DE LICITAÇÃO
Rua do Acre, 80- sala 604-Centro/Rio Janeiro –CEP: 20.081-000
Telefone/Fax: 2282-8682 -2282-8016

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/16

Proc. nº TRF2-EOF-2016/0042

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, por seu Pregoeiro, designado pela Portaria nº 304 de 14.09.2016, torna público, a abertura do certame licitatório na modalidade de pregão eletrônico, realizado por meio da internet, no *site*: www.comprasnet.gov.br. O certame será regido pelas disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02, do Decreto 5.450/05, da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, Resolução nº 9/2005 e pelas condições adiante estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	
Data: 28 de novembro de 2016	Horário (de Brasília) 13h00
Local: www.comprasnet.gov.br	

Fazem parte deste Edital:

- Anexo I - Termo de Referência;
- Anexo II - Modelo Certificado de Vistoria;
- Anexo III - DESCRIÇÃO Plano de face Central telefônica
- Anexo IV - Minuta do Contrato Administrativo

1 - **OBJETO:** A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva no Sistema de Telecomunicações do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com fornecimento de materiais (peças, componentes, dispositivos, aparelhos, equipamentos), conforme especificações definidas neste Edital e seu Anexo I - Termo de Referência.

1.1 - O endereço do Tribunal Regional Federal da 2ª Região é Rua Acre, nº 80 - Centro/Rio de Janeiro/RJ.

1.2 - O objeto da presente licitação é uno e indivisível e será adjudicado a uma única licitante.



2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DAS RESTRIÇÕES

- 2.1 - Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via *internet*, as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, através do *site* www.comprasnet.gov.br.
- 2.2 - Para participação no pregão eletrônico, via *internet*, a licitante deverá manifestar, através de declaração virtual inserida em campo próprio do sistema Comprasnet, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Instrumento Convocatório.
- 2.3 - A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.
- 2.4 - Não poderão participar deste Pregão:
- 2.4.1 - Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
 - 2.4.2 - Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no País;
 - 2.4.3 - Empresas que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata, em processo de dissolução ou liquidação;
 - 2.4.4- Empresas que estejam reunidas em consórcio;
 - 2.4.5 - Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
 - 2.4.6 - Empresas que estejam cumprindo penalidade de suspensão do direito de licitar, aplicada pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
 - 2.4.7 - Empresas proibidas de contratar com o Poder Público nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/92 (Lei da Improbidade Administrativa);
 - 2.4.8 - Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9.º da Lei n.º 8.666/93.
 - 2.4.9 - Empresas proibidas de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 72, § 8.º, V da Lei n.º 9.605/98.
 - 2.4.10 - Empresas que estejam proibidas de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520/02 e decretos regulamentares.



- 2.5 - A participação na sessão pública da *internet* dar-se-á pela utilização da senha privativa da licitante.
- 2.6 - Todas as fotocópias de documentos apresentados deverão estar autenticadas por Tabela de Notas ou deverão ser apresentados os originais para conferência das cópias. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 2.7 - A entrega da proposta implica nos seguintes compromissos por parte da licitante:
 - 2.7.1 - Estar ciente das condições da licitação, assumir a responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados.
 - 2.7.2 - Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

3 - DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 - Para participar do pregão eletrônico, a licitante deverá estar credenciado no sistema "PREGÃO ELETRÔNICO" através do site www.comprasnet.gov.br. (art. 3º do Decreto 5450/05).
- 3.2 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico (art. 3º, § 1º, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O credenciamento da licitante, bem como a sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF. (art. 3º, § 2º, e art. 13, Inc. I, do Decreto 5.450/05).
- 3.3 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao TRF-2ª Região, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros. (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/05).
- 3.4 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica. (art. 3º, § 6º, do Decreto 5450/05).

4 - DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 4.1 - A partir da data e horário previstos no Edital, será aberta a Sessão Pública do pregão eletrônico via internet, com a divulgação das propostas de preços recebidas



e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações detalhadas no presente edital e seus anexos.

- 4.2 - A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente envio da proposta de preços, e quando for o caso, seus anexos, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, no **VALOR TOTAL ANUAL**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, via internet.
- 4.3 - Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA: A Proposta de Preços deverá ser impressa em papel timbrado da empresa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas em todas as folhas, datada e assinada, e deverá necessariamente conter e preencher os seguintes requisitos:

- 5.1 - O número do pregão, a data e hora da realização da sessão pública;
- 5.2 - Indicação do CNPJ e razão social do proponente;
- 5.3 - O nome, número do banco, da agência e da conta corrente da empresa licitante;
- 5.4 - Indicação da pessoa legalmente habilitada a assinar o contrato ou ajuste, assim como o telefone e e-mail para contato;
- 5.5 - Descrição detalhada dos serviços, obedecidas as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I;
- 5.6 - **Os preços mensal e anual, em algarismos e por extenso**, em moeda nacional, com apenas duas casas decimais, conforme o seguinte modelo de Planilha de Especificação e Formação de Preços:

SERVIÇO	PREÇOS	
	MENSAL	ANUAL
Assistência e Suporte Técnico Preventivo e Corretivo do Sistema de Telecomunicações deste E. Tribunal.	R\$ 7.716,67	R\$ 92.600,04
Valor total anual: (registrar valor por extenso)		

- 5.6.1 - Deverão ser evitadas dízimas nos preços unitários, caso elas ocorram serão consideradas somente as duas primeiras casas decimais;



5.6.2 - A incidência tributária e demais encargos como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todas as despesas pertinentes ao fornecimento deverão estar incluídas no preço proposto.

5.7 - DOS PRAZOS:

5.7.1 - **Prazo de validade da proposta**, não inferior a 60 (*sessenta*) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico;

5.7.2 - **Prazo de vigência do contrato**, que será de 12 (*doze*) meses, podendo ser prorrogado de acordo com o art. 57 II, da lei nº 8.666/93;

5.7.3 - Na hipótese de omissão dos prazos mencionados nos subitens 5.7.1 e 5.7.2, considerar-se-ão os prazos previstos neste edital.

5.8 - Depois de solicitado pelo pregoeiro no sistema eletrônico, a **proposta de preços** da empresa vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado, deverá ser atualizada e **assinada**, em conformidade com os lances eventualmente ofertados ou valor negociado, e enviada, no prazo de 2 (*duas*) horas, sob pena de desclassificação, através do próprio Sistema Comprasnet, ou, a critério do Pregoeiro, através do fac-símile (0xx21) 2282-8016 ou 2282-8682, ou do e-mail cpl@trf2.jus.br.

5.8.1 - O prazo estipulado acima é referencial. O pregoeiro poderá reduzi-lo ou estendê-lo, bem como decidir sobre a tolerância de possíveis atrasos no envio da proposta e documentos de habilitação.

5.9 - Em nenhuma hipótese poderão ser alteradas as condições de pagamento, prazos ou outra qualquer que importe modificação dos termos da proposta apresentada, salvo no que tange aos preços ofertados, os quais poderão ser reduzidos quando da fase de lances do certame.

5.10 - Não caberá desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.11 - No caso de haver divergência entre a descrição do código dos serviços no COMPRASNET e o disposto no Anexo I - Termo de Referência, o licitante deverá obedecer a este último.

6 - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DOS PREÇOS

6.1 - Os preços deverão ser cotados em Reais, com apenas duas casas decimais;



- 6.2 - Serão desclassificadas as cotações que ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais licitantes, excessivos ou inexequíveis;
- 6.3 - O ônus da prova da exequibilidade dos preços cotados incumbe à autora da proposta, no prazo de 5 (*cinco*) dias úteis, contados da intimação;
- 6.4 - Serão desclassificadas as propostas que contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação e/ou não atenderem às exigências deste Pregão
- 6.5 - Valor máximo aceito será aquele estimado pela Administração.

7 - DA COMPETITIVIDADE (FORMULAÇÃO DE LANCES)

- 7.1 - A partir do horário previsto no instrumento convocatório, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas em perfeita consonância com as especificações técnicas exigidas no edital.
 - 7.1.1 - As licitantes deverão enviar proposta através do sistema eletrônico para o **valor total anual** do objeto desta licitação, sob pena de desclassificação da mesma.
 - 7.1.2 - As participantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 7.2 - As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras estabelecidas no edital.
- 7.3 - As licitantes somente poderão oferecer lance inferior ao último por eles ofertado e registrado no sistema.
- 7.4 - Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 7.5 - A etapa de lances será encerrada por decisão do pregoeiro e mediante aviso de seu fechamento iminente, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 min (*trinta minutos*), aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - 7.5.1 - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e do procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.
 - 7.5.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.



- 7.6 - No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 7.6.1 - Quando a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos a sessão pública do pregão eletrônico será suspensa e reiniciada somente após a comunicação às participantes, no endereço eletrônico: www.comprasnet.jus.br.
- 7.7 - Não poderá haver desistência dos lances efetuados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas no artigo 28 do Decreto nº 5.450/05.

8 - DO PROCEDIMENTO

- 8.1 - Aberta a sessão pública, o pregoeiro verificará a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no Edital, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com o requisitos estabelecidos no Instrumento Convocatório.
- 8.2 - No julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, desde que atendidas as especificações constantes deste Pregão.
- 8.3 - Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 8.4 - Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:
- 8.4.1 - a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (*cinco*) minutos, após a convocação realizada através do Sistema, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame;
- 8.4.2 - não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no subitem 8.4, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 8.5 - Na hipótese de não-contratação nos termos previstos nos subitens anteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- 8.6 - Encerrada a etapa de lances e, quando for o caso, o procedimento previsto no subitem 8.4 deste edital, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro



lugar, quanto à compatibilidade do preço em relação ao estimado para contratação e verificará a habilitação da licitante conforme disposições do item 9 deste edital.

- 8.7 - Será declarada vencedora a proposta que ofertar o **MENOR PREÇO TOTAL ANUAL**, observadas as exigências constantes do Instrumento Convocatório.
- 8.8 - Na hipótese de a proposta de menor valor não ser aceitável, ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e verificando a sua aceitabilidade, procederá à habilitação na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.
- 8.9 - Caso entenda necessário examinar mais detidamente a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos neste Edital, bem como o preenchimento das exigências habilitatórias, poderá o Pregoeiro, a seu exclusivo critério, suspender a sessão respectiva, hipótese em que comunicará às licitantes, desde logo, a data e o horário em que o resultado do julgamento será divulgado no sistema eletrônico.
- 8.10 - O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.
- 8.11 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9 - DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 9.1 - A habilitação da licitante será comprovada mediante consulta *on line* ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF, para verificação da validade dos documentos abaixo:
 - 9.1.1 - Prova de Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional demonstrando a regularidade quanto aos Créditos Tributários Federais, Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias (Portaria MF nº 358/2014 e Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751/2014, **alterada pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.821/2014**).
 - 9.1.2 - Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF), dentro da validade;
 - 9.1.3 - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante, dentro da validade;



- 9.1.4 - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual da sede da licitante, dentro da validade;
- 9.1.5 - A consulta *on line* deverá comprovar que a licitante encontrava-se regular na data da abertura da sessão do Pregão.
- 9.1.6 - Na hipótese de algum dos documentos abrangidos pelo Sistema encontrar-se com a validade expirada, fica assegurado à licitante cadastrada e parcialmente habilitada no SICAF o direito de apresentar, via fac-símile, a documentação atualizada, quando solicitada pelo pregoeiro.
- 9.2 - Para fins de habilitação, deverão ser apresentadas as DECLARAÇÕES listadas a seguir, as quais serão virtuais e deverão ser inseridas em campo próprio do sistema Comprasnet, na ocasião em que a licitante cadastrar sua proposta:
 - 9.2.1 - DECLARAÇÃO de que conhece e concorda com as condições estabelecidas no edital e que atende aos requisitos de habilitação.
 - 9.2.2 - DECLARAÇÃO, exigida somente das empresas que se enquadram na previsão do art. 11 do Decreto 6.204/07, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e que está apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei;
 - 9.2.3 - DECLARAÇÃO referente ao trabalho do menor de dezoito anos, em cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
 - 9.2.4 - DECLARAÇÃO de Inexistência de Fato Superveniente.
 - 9.2.5 - DECLARAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA, de acordo com a Instrução Normativa nº 2 – SLTI, de 16 de setembro de 2009.
- 9.3 - Apresentar a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, em cumprimento ao disposto na Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.

9.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

9.4.1 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação;

9.4.1.1 – A aptidão acima referida será comprovada mediante a apresentação de pelo menos 01 (um) atestado, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que ateste que a licitante, nos termos do art. 19 §5º, 6º e 8º, da IN 02/2008 do MPOG (com redação da IN 06/2013 também do MPOG), executou **serviços de manutenção e/ou serviço de instalação cumulado com garantia técnica de sistema telefônico ERICSON/AASTRA/MITEL MX ONE**, com a seguinte configuração mínima:

9.4.1.2 - 384 ramais analógicos, 184 ramais digitais, 70 ramais IPs, 75 troncos digitais, 1 sistema gerenciador de call Center e 1 atendedor automático;



9.4.2 - Certidão de Pessoa Jurídica expedida ou visada pelo CREA, comprovando a habilitação da licitante nas áreas de engenharia elétrica, eletrônica ou telecomunicações, e o seu atual quadro técnico;

9.4.3- Indicar, dentre os profissionais arrolados na certidão de que trata o subitem anterior, profissional com formação superior na área de engenharia elétrica, eletrônica ou telecomunicações, que será o responsável técnico por todos os serviços a serem desenvolvidos.

9.4.4 - Cópia dos Certificados de participação nos cursos de manutenção e programação ministrados pelo fabricante para Centrais Telefônicas Ericsson / Aastra / Mitel MD 110 **MX-ONE 6.0**, em nome dos profissionais relacionados no documento constante no subitem 9.4.3.

9.5 - Para fins de habilitação, a verificação em *sites* oficiais de órgãos e entidades emissores de certidão constitui meio legal de prova.

9.6 - Não serão aceitos "protocolos de entrega" ou "solicitação de documentos" em substituição aos documentos requeridos no presente edital e seus anexos.

9.7 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa e empresa de pequeno porte terá prazo adicional de **5 (cinco) dias úteis**, contado da decisão do Pregoeiro que declarar a empresa vencedora do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativa ou positiva com efeito de negativa.

9.7.1 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 9.7 implicará inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para retirada da nota de empenho e/ou assinatura do contrato, ou propor a revogação deste Pregão.

9.8 - Os documentos que não estejam contemplados no SICAF deverão ser remetidos via fac-símile, para o número (21) 2282-8682 ou 2282 - 8016 ou para o endereço eletrônico cpl@trf2.jus.br, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.8.1 - Os documentos remetidos via fac-símile ou por meio eletrônico deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do **Pregoeiro**, endereçados da seguinte forma: Tribunal Regional Federal da 2ª Região -Seção de Licitação - Rua Acre, nº 80, sala 604 -CEP 20081-000 - Centro/Rio de Janeiro – Pregão nº ____/2016.

10 - DA VISTORIA

- 10.1 - A licitante poderá vistoriar o local onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldade existentes.
- 10.2 - Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, as licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes, como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços em decorrência da execução do objeto deste Pregão;
- 10.3 - As visitas poderão ocorrer de segunda a sexta-feira, das 12:00 às 17:00 horas, e poderão ser agendadas pelo telefone (21) 2282-8090/8084;
- 10.4 - O endereço da Seção de Manutenção de Telecomunicações - SECTEL é Rua Acre, nº 80- 2º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ.
- 10.5 - **O atestado de vistoria constante do Anexo II** deverá ser preenchido com os dados da empresa e impresso em duas vias, que deverão ser levadas no dia e horário da visita técnica.

11 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes dos serviços objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme especificado abaixo:

Programa de Trabalho	PTRes	Elementos de Despesa
02.061.0569.4257.6013	107.765	33.90.39.17

12 - DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO

- 12.1 - Esclarecimento de dúvidas acerca das condições deste Edital, bem como informações adicionais sobre a presente licitação, serão divulgadas na "homepage" do Tribunal: www.trf2.jus.br, opção "Transparência Pública / Licitações e Contas / Licitações em andamento", e no *site*: www.comprasnet.gov.br, na opção "visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos", ficando os licitantes obrigados a acessá-los para a obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.
- 12.2 - Maiores esclarecimentos de ordem legal ou técnica, ou sobre os termos deste pregão, ou ainda informações complementares sobre o presente Edital poderão ser solicitados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, através do e-mail para cpl@trf2.jus.br, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do pregão eletrônico, no horário de 12:00h às 17:00h. Os telefones/FAX de contato são (21) 2282-8682 e 2282-8016.



- 12.3 - Até 02 (*dois*) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico.
- 12.4 - Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração das especificações técnicas, quando necessário, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.
- 12.5 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13 - DOS RECURSOS

- 13.1 - Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio no sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (*três*) dias úteis para apresentar as razões de recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.2 - Admitir-se-á, nos termos da legislação vigente, a interposição de recursos, mediante manifestação imediata e motivada da licitante, em campo específico disponibilizado pelo sistema eletrônico, durante a sessão pública, até o prazo final estabelecido pelo pregoeiro.
- 13.3 - A apresentação de recurso e de eventuais contrarrazões pelas demais licitantes será realizada exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios, no prazo máximo de 3 (*três*) dias úteis, contados a partir do encerramento da sessão pública.
- 13.4 - A falta de manifestação imediata e motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, importará a decadência do direito de recurso, podendo o pregoeiro adjudicar o objeto à licitante vencedora.
- 13.5 - O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
 - 13.5.1 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.



14 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 14.1 - Após a homologação do resultado desta licitação o TRF convocará a empresa adjudicatária para assinatura do instrumento contratual ou para a retirada da nota de empenho junto à **Divisão de Contratos, na Rua Dom Gerardo nº46 – 12º andar, no horário de 12:00 às 17:00 horas.**
- 14.2 - A convocação que trata o item anterior deverá ser atendida no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, contados da convocação, prorrogável apenas 01 (uma) única vez a critério do TRF, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93 e modificações da Lei 8.883/94 e art. 28 do Decreto 5.450/05.
- 14.3 - No ato da assinatura do contrato ou da retirada da nota de empenho, será comprovada mediante consulta *on line* a regularidade dos documentos abrangidos pelo SICAF e da CNDT, a qual deverá ser mantida pela licitante durante a vigência do contrato.
- 14.4 - Quando a vencedora da licitação não fizer as comprovações referidas nos subitens 14.2 e 14.3 ou, quando, injustificadamente, recusar-se a retirar a nota de empenho ou a assinar o contrato, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 14.5 - Ao assinar o instrumento contratual ou retirar a nota de empenho, a empresa adjudicatária obriga-se a entregar os materiais a ela adjudicados, conforme especificações e condições contidas neste Edital e seus Anexos e também na proposta apresentada, independente de transcrição, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições deste Pregão Eletrônico.
- 14.6 – É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei nº 8666/93, modificada pela Lei n.º 8883/94, o objeto da presente será recebido mediante termo circunstanciado assinado pelas partes, da seguinte maneira:

- 15.1 - **Provisoriamente** – Imediatamente após efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual.



- 15.2 - **Definitivamente** – No prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, e depois de verificado comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.
- 15.3 - Os termos serão emitidos pelos responsáveis acima mencionados, os quais confirmarão a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto às especificações do edital e seus anexos.
- 15.4 – Na emissão dos Termos de Recebimento deverão ser observados, no que couberem, os requisitos estabelecidos na IN SLTI/MPOG nº 04, de 12/11/2010 e no Guia de Boas Práticas de Contratação de Soluções de TI-JF.
- 15.5 - Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação do contratado, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação;
- 15.6 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

16 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 16.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do contrato, em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da apresentação do documento fiscal;
- 16.1.1 - No ato do pagamento será efetuada retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes;
- 16.1.2 - Para fins do disposto no item 17.1, considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data da emissão da ordem bancária.
- 16.2 - **O documento fiscal deverá ser entregue no Núcleo de Compras, situado na Rua Dom Gerardo, 46, 12º andar, Centro - Rio de Janeiro, no horário de 12 às 17 horas, e também deverá ser enviado eletronicamente ao e-mail dicom@trf2.jus.br;**
- 16.3 - As Contratadas que se enquadrem nas hipóteses de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

- 16.4 - A Contratada optante pelo SIMPLES, para fins do disposto no subitem anterior, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação da Declaração, em duas vias, a que se refere o artigo 6º da Instrução Normativa nº 1.234 de 11/01/2012, da Secretaria da Receita Federal.;
- 16.5 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente licitação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas (Acórdão 964/2012-Plenário-TCU);
- 16.5.1 -A manutenção das condições de habilitação e qualificação acima referidas será verificada quando da realização de cada pagamento;
- 16.6 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido ao contratado para retificação e reapresentação acrescentando-se, no prazo fixado no item 17.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 16.7 – Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza será observado o disposto na Lei Complementar n.º 116/03 e a legislação municipal aplicável.
- 16.8 – Por se tratar o Contrato de prestação de serviços com fornecimento de materiais, será obrigatória a discriminação, no documento fiscal, do valor correspondente aos materiais aplicados.
- 16.9 - No caso da prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX, do art. 14, da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a contratada não localizada no município do Rio de Janeiro, estará sujeita, no ato de pagamento, à retenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- 16.9.1 - Para fins de identificação da situação prevista no item 16.9, a contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

17 -DO REAJUSTE

- 17.1 - O valores contratados serão reajustados com base na variação do IGP-DI, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a seguinte fórmula:

$R = \left(\frac{I - I_o}{I_o} \right) \cdot P$	Onde:
	R = Reajuste
	I = Nº índice da data do reajuste
	I _o = Nº índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste.
	P = Preço a ser reajustado.



- 17.2 - A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo se utilizar o cálculo pró-rata mas sim o mês cheio.
- 17.3 - A periodicidade de reajuste do Contrato será de 12 (*doze*) meses, em conformidade com os termos da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e legislação superveniente, ou outra regulamentação editada pelo Poder Executivo que vier a alterá-la.
- 17.4 - Compete à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.
- 17.5 - A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 17.4 tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 17.2.
- 17.6 - Caso a Contratada não efetue de forma tempestiva o reajuste e prorrogue o Contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito de reajustar.

18 -DAS PENALIDADES

- 18.1 - A Licitante que deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
 - 18.1.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 18.2 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.
- 18.3 - Penalidades a que está sujeita a contratada inadimplente:
 - a) Advertência;
 - b) Multa;
 - c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o TRF-2ªRG, pelo prazo de 2 (*dois*) anos.
 - d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.



- 18.4 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo, discriminadas:
- 18.4.1 - A inexecução, total ou parcial, do contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:
- a) Multa compensatória de até 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
 - b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
 - c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário inadimplente.
- 18.5 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pelas contratadas sujeitá-las-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.
- 18.5.1 - A multa moratória acima estipulada fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.
- 18.6 - Caso as multas previstas nos subitens 18.4 e 18.5 não sejam pagas no prazo estabelecido, serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo contrato, ou, ainda, cobradas judicialmente, se for o caso.
- 18.7 - Se as multas supracitadas forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.
- 18.8 - O período de atraso será contado em dias corridos.
- 18.9 - A aplicação das multas ora previstas não impede que a autoridade competente rescinda o contrato e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.
- 18.10 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24/12 de 16.12.04, atualizada em 08/06/2005.
- 18.11 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à adjudicatária, na forma da lei.
- 18.12 - Sempre que não houver prejuízo para o TRF-2ªRG, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.



19 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1 - Fica assegurado ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba às licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização:
- 19.1.1 - Adiar a data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico, dando conhecimento aos interessados através dos *sites*: **www.trf2.gov.br**, opção "**Licitações e Contas / Licitações em andamento**", e **www.comprasnet.gov.br**, opção "**visualizar / Impugnações / Esclarecimentos / Avisos**", e comunicando às firmas, com a antecedência mínima de 24 (*vinte e quatro*) horas da data inicialmente marcada;
- 19.1.2 - Anular ou revogar, no todo ou em parte, o presente Pregão, a qualquer tempo, dando ciência aos interessados e comunicando às empresas licitantes, nos termos do art. 49 da Lei nº 8.666/93;
- 19.1.3 - Alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a este Pregão.
- 19.2 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, na forma do que estabelece o parágrafo 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93;
- 19.3 - As supressões citadas no subitem anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, conforme alterações dispostas no art. 1º da Lei nº 9.648 de 27 de maio de 1998.
- 19.4 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro que decidirá com base na legislação vigente;
- 19.5 - As decisões dos recursos somente serão consideradas definitivas depois de homologadas pela autoridade competente.

Rio de Janeiro, sexta-feira, 11 de novembro de 2016

Francisco Luís Duarte
Pregoeiro

A N E X O I
TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/16
Proc. TRF2-EOF-2016/0042

1 - OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva, preditiva e corretiva no Sistema de Telecomunicações do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com fornecimento de materiais (peças, componentes, dispositivos, aparelhos, equipamentos).

2- DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS

2.1- Descrição do Sistema:

SISTEMA : AASTRA/MITEL - VERSÃO: MX ONE TSE 6.0		
Item	Descrição	Quantidade
1	Ramais analógicos	1120
2	Ramais digitais (2B+D)	432
3	Ramais IP	490
4	Placa ELU-29 s/identificador de chamadas	32
5	Placa ELU-29 c/ identificador de chamadas	04
6	Placa ELU-34 c/ identificador de chamadas	25
7	Placa ELU-28	21
8	Placa ELU-33	12
9	Troncos digitais	150
10	Link digital ISDN, de 02 Mbps, interligando com a central Ericsson MD110, BC 09, da Justiça Federal do Rio de Janeiro	01
11	Mesa Operadora Dialog 4224 Operator	06
12	Head-set com módulo de controle da Plantronics SP-05	03
13	Head-set wireless Plantronics CS50	05



SISTEMA : AASTRA/MITEL - VERSÃO: MX ONE TSE 6.0		
Item	Descrição	Quantidade
14	Aparelho telefônico Digital Dialog 3212	105
15	Aparelho telefônico Digital Dialog 4220 Lite	221
16	Aparelho telefônico Digital Dialog 4225	01
17	Aparelho telefônico Digital Dialog 4222	228
18	Aparelho telefônico Digital Dialog 4223	40
19	Aparelho telefônico IP 4422	100
20	Aparelhos Aastra DRG 22i	20
21	Aparelho telefônico Analógico Dialog 4187	110
22	Retificador/Carregador PROTECO, modelo FMP 48/40X-IN (48V/20 A)	01
23	Software de Tarifação Informatel GTC Advanced	01
24	Software de gerenciamento putty para MX ONE	05
25	Sistema No-Break, composto por 4 baterias seladas de 12V/ 150 AH	01
26	Bloco M10A, marca KRONE, para interligação da central com a rede interna	88
27	Bloco M8, marca KRONE, para interligação da central com a rede interna	24
28	Placa IPLU	09
29	Placa TMU	09
30	Placa TLU 76/1	08
31	Placa LSU-E	02
32	Servidor de Call Center, com correio de voz, da marca PCS com 32 PAs e 02 Supervisores e aplicativo client para login/logoff	01
33	SWITCH 48 V com 24 portas, 10/100	01
34	MX ONE SERVER 48V (gateway)	02
35	Servidor de application link da IBM, com 32 licenças.	01
36	Software Manager Provisioning e Manager Telephony System	01
37	MGU	01



SISTEMA : AASTRA/MITEL - VERSÃO: MX ONE TSE 6.0		
Item	Descrição	Quantidade
38	ASU-E	01
39	FAN UNIT – 48V DC	01
40	URA com correio de voz INFORMATEC	01
41	Gateway Audiocode Mediant 1000	02
42	Switch Enterasys modelo A2H124-24	01
43	Gabinete MITEL/AASTRA modelo Media Gateway Classic com conversor DC/DC de 48VDC	03
44	Placa para musica externa MITEL/AASTRA modelo TMU/12 com cabo	03
45	Placa MITEL/AASTRA modelo MGU/2 com 4 entroncamentos E1 e função de Media Gateway IP com 128 DSP's	03
46	Unidade de ventilação MITEL/AASTRA para gabinetes Media Gateway Classic	02
47	Servidor MITEL/AASTRA Integrado ao gabinete Media Gateway Classic modelo ASU-II	02
48	Unidade de ventilação MITEL/AASTRA para gabinetes Media Gateway Classic (FAN UNIT)	02
49	Rack 19" com 44Us e 4 bandejas	03
50	Switch KVM com 8 entradas, monitor tipo LCD 17, teclado e mouse integrados	01
51	Antena MITEL/AASTRA modelo IPBS 432, incluindo hardware e licença.	01
52	Aparelho DECT sem fio MITEL/AASTRA modelo DT690 com carregador de mesa incluso.	06
53	Unidade remota MITEL MX-ONE CLASSIC , composta por 96 ramais analógicos, 64 ramais digitais, entroncamento analógico, 60 canais de entroncamento VOIP, 30 ramais IP, instalado no anexo da rua Dom Gerardo nº 46	01
54	Unidade remota MITEL MX-ONE CLASSIC , composta por 64 ramais analógicos, 32 ramais digitais, 10 ramais IP - protocolo SIP, 30 canais de entroncamento R2 DIGITAL (CAS) com a rede pública, instalado no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), na Avenida Rio Branco, nº 241, Centro – RJ.	01
55	Retificador 48 VDC com URs redundante e banco de baterias do tipo estacionária, reguladas a válvula VRLA, específica para sistema de telecomunicações, com capacidade para manter o equipamento por até 04 horas em caso de falta de energia - , instalado no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), na Avenida Rio Branco, nº 241, Centro – RJ	01
56	Rack 19 polegadas, 44Us, padrão MX-ONE, com bandejas reforçadas para instalação dos equipamentos referentes ao LIM, bem como do retificador e baterias - , instalado no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), na Avenida Rio Branco, nº 241, Centro – RJ	01



2.2 - DESCRIÇÃO DO PLANO DE FACE DA CENTRAL TELEFÔNICA:

2.2.1 - Plano de face da central (LIM1, LIM2, LIM3, LIM4) constante Anexo III deste Edital.

3 – FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

3.1 - Da Manutenção Preventiva e Preditiva: Os serviços deverão ser executados, periodicamente, conforme definido nos subitens a seguir, e em conformidade com as recomendações técnicas dos fabricantes.

A empresa contratada deverá executar a manutenção preventiva e preditiva de acordo com o cronograma demonstrativo/exemplificativo, abaixo:

3.1.1 - Semanal:

Nesta periodicidade da manutenção preventiva e preditiva, o empregado/funcionário da contratada deverá comparecer a este Tribunal, dois dias úteis, por semana.

Assim sendo, a contratada deverá realizar, duas vezes por semana, os procedimentos/eventos discriminados a seguir:

- Verificar se as tensões de entrada e saída dos retificadores/carregadores das baterias estão adequadas aos valores recomendados pelo fabricante. Verificar se existem retificadores emitindo ruídos e, se houver, providenciar a substituição do mesmo;

- Inspecionar visualmente o estado das baterias, verificando se há oxidação em seus terminais, bem como, verificar se os conectores encontram-se conectados firmemente aos terminais das baterias;

- Verificar pleno funcionamento de todos digitrônicos, tie-line e outros links externos conectados ao PABX;

- Verificar pleno funcionamento de LIM remoto e respectivas linhas troncos, dentro os quais: CCJF e Dom Gerardo;

- Verificar acesso remoto a cada LIM via conexão IP;

- Verificar alarmes em geral e comunicar ao setor responsável cada registro encontrado, a fim de que cheguem num acordo acerca da melhor providência a ser adotada;

- Verificar o pleno funcionamento de softwares periféricos;

- Verificar necessidade de adequação de programação de categoria, cadeado eletrônico, teclas de ramais (digitais, IP's, analógicos e DECTs) conforme demanda interna indicada pelo gestor da SECTEL;

- Realizar 3 (três) ligações testes por cada LIM, em diferentes linhas troncos e informar qualquer anomalia/defeito, a fim de que cheguem num acordo acerca da melhor providência a ser adotada;

- Realizar 3 (três) ligações testes entre LIM's diferentes e informar qualquer anomalia/defeito, a fim de que cheguem num acordo acerca da melhor providência a ser adotada;

- Emitir relatório de tarifação conforme demanda interna indicada pelo gestor da SECTEL;
- Emitir relatório do sistema de monitoramento de CALL CENTER conforme demanda interna;
- Verificar pleno funcionamento de mesas operadoras dos telefonistas e solicitar trocas caso necessário;

3.1.2) Quinzenal:

- Efetuar o backup da base de dados da central telefônica ("Databackup"), mantendo uma cópia de segurança dos dados armazenada no microcomputador de monitoramento da central telefônica;
- Efetuar a manutenção do banco de dados do software tarifador das ligações telefônicas, transferindo, sempre que necessário, os registros das ligações para o "arquivo morto", deixando ativo somente o período das ligações utilizadas. Efetuar uma cópia de segurança dos dados, a qual deverá ser armazenada no microcomputador de monitoramento da central telefônica.
- Verificar o pleno funcionamento de todas as linhas tronco da central telefônica, efetuando se necessário, a comprovação de recebimento do tom de discar por acesso individual a cada tronco, sendo que, qualquer anomalia/defeito encontrada, deverá ser comunicada ao setor responsável SECTEL/NUMAN.

3.1.3 - Mensal:

- Verificar o pleno funcionamento dos equipamentos periféricos: do gravador da música em espera, do servidor da URA com correio de voz, do servidor de Call Center e dos servidores dos tarifadores de ligações, sendo que, qualquer anomalia/defeito encontrada, deverá ser comunicada ao setor responsável SECTEL/NUMAN.

A contratada deverá elaborar um plano de manutenção preventiva e preditiva e entregar à fiscalização em até 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente à data da assinatura do contrato, tomando como base as rotinas e periodicidades sugeridas acima, as guias, os datasheet (folha de dados) e/ou os manuais dos equipamentos, aparelhos, dispositivos e componentes do Sistema de Telecomunicações objeto deste Termo de Referência.

3.2 - Da Manutenção Corretiva: Mediante solicitação da Contratante, via telefone, e-mail ou abertura de chamado via internet, efetuada através da Seção de Manutenção de Telecomunicações, a Contratada deverá, sempre que houver necessidade, corrigir qualquer anomalia/defeito que porventura venha a ocorrer no sistema, sem cobrança de ônus adicionais, incluindo ajustes, alterações e programações nos softwares em uso, conforme segue:

- Substituição ou reparo do "hardware", peça ou componente danificado.
- Correção ou substituição do software danificado.



- Programação de novas facilidades inerentes ao equipamento ou alterações nas facilidades em uso.
- Gravação de mensagens do sistema de call center e atendedor automático
- Alteração do horário de atendimento do call center e atendedor automático
- Programação dos feriados no atendedor automático e call center
- Substituição dos bancos de baterias dos sistemas de alimentação, por novas, de marca e modelo similares aos existentes, sempre que as mesmas apresentarem defeito ou estiverem com o prazo de validade vencido.

3.2.1 – Prazo de Atendimento aos Chamados:

3.2.1.1 – Para chamados emergenciais: O atendimento deverá ser, no máximo, em 02 (duas) horas, subsequentes à abertura do chamado, devendo ser prestado exclusivamente através de visita do técnico às dependências do Contratante, entendendo-se como defeitos emergenciais os relacionados a seguir:

3.2.1.1.1 - Entende-se como serviços emergenciais:

- Comprometimento de mais de 30% do desempenho operacional do sistema, medido segundo o número de portas equipadas;
- A central não recebe e nem origina chamadas internas e/ou externas;
- Impossibilidade de transferência a todos os ramais pelas mesas operadoras;
- Paralisação de um Módulo de Interface de Linha (LIM);
- Paralisação de mais de 30% dos ramais, troncos ou canais de comunicação do sistema;
- Paralisação do sistema de atendimento automático Informatec;
- Paralisação do servidor de CALLCENTER PCS;
- Paralisação do servidor de application link;
- Paralisação do ONE BOX Server (gateway);
- Troca da Operadora responsável pela prestação de serviço telefônico, local ou longa distância, para o Tribunal, devendo o serviço ser executado em dia não útil;

3.2.1.2 - As chamadas inerentes a defeitos emergenciais poderão ser efetuadas 24 horas por dia, inclusive finais de semana e feriados, via rádio ou telefone móvel, números a serem fornecidos pela contratada, sem custo adicional, devendo o atendimento ser efetuado em até 02 (duas) horas subsequentes à abertura do chamado.

3.2.1.3 – Para os demais chamados, o atendimento deverá ser, NO MÁXIMO, no primeiro dia útil subsequente à abertura do chamado, no horário das 11:00 às 17:00h, devendo ser prestado através da visita do técnico ao Tribunal ou conexão remota, via VPN.

3.2.1.4 – Os serviços de manutenção que necessitarem da paralisação total ou parcial do Sistema, deverão ser efetuados fora do horário de funcionamento do Contratante ou em dias não úteis, sem ônus adicional para o mesmo.

3.2.1.5 – A Contratada deverá atender em até 02 (duas) horas, contadas da abertura do chamado pelo Setor Competente (SECTEL/NUMAN), as solicitações técnicas referentes a travamento de ramais digitais.

3.3 – Dos programas (softwares):

3.3.1 – A Contratada deverá efetuar eventuais correções de programas, que venham a ser recomendadas pelo fabricante, de forma a prevenir situações que possam gerar falhas nas funções da versão operacional existente.

3.3.2 – A Contratada deverá manter atualizadas as funções dentro da versão operacional adquirida, de forma a assegurar a compatibilidade do sistema com os futuros aperfeiçoamentos (upgrade e/ou novas facilidades), que venham a ser adquiridas pelo Contratante.

3.3.3 – Em face da abertura do mercado de telecomunicações, a Contratada deverá, sempre que houver a necessidade da troca da Concessionária responsável pela prestação do serviço telefônico local, longa distância e/ou link ótico de 2 Mbps, pelo Contratante, efetuar a atualização das tarifas telefônicas nos softwares de tarifação, STI Atenas e INFORMATEC GTC, relacionados no item 2.1.

3.4 – Dos Materiais de Reposição

3.4.1. - Para assegurar a rápida recuperação do sistema, a Contratada deverá sempre providenciar os materiais de reposição necessários à manutenção do Sistema, listadas no Item 3.4.3, com a brevidade necessária ao atendimento dos chamados técnicos nos prazos previstos no item 3.2.1.

3.4.2 – Os materiais listados no item 3.4.3 são necessários para as reposições previstas nos itens 3.1 a 3.4, uma vez que são utilizados na central telefônica deste TRF.

3.4.3 - TABELA DE MATERIAIS DE REPOSIÇÃO PARA O SISTEMA: AASTRA/MITEL -
VERSÃO: **MX ONE 6.0.**

FUNÇÃO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	TOTAL
RETIFICADOR	BMBLM2620001	RETIFICADOR DE 48V10A	11
DSU	ROF1314414/4 R 8B	UNIDADE DE COMUTAÇÃO DISTRIBUIDA	33
ELU28/3	ROF1375334/3 R 3B	UNID. DE LINHA DIGITAL (2B+D 16 RAMAIS)	33
ELU29	ROF1375339/11 R 8G	UNID. DE LINHA ANALÓGICA (16 RAMAIS)	66
ELU-33	ROF1375062/1 R 2B	UNID. DE LINHA DIGITAL (2B+D 32 RAMAIS)	11
ELU-34	ROF 1375064/1 R 2A	UNID. DE LINHA ANALÓGICA (32 RAMAIS)	11
IPLU	ROF1375067/1	UNIDADE DE INTEGRAÇÃO	22
MGU		UNIDADE DE PROCESAMENTO	11
ASU-E		UNIDADE DE PROCESSAMENTO	11
LSU-E	ROF 376302/1	UNIDADE DE PROCESSAMENTO	11
MX-ONE SERVER 48V		SERVIDOR DE GERENCIAMENTO	11
SWITCH 48V			11
MESA 2B+D	DIALOG 4224	MESA TELEFONISTA	11
RG5DC	ROF1375350/2 R 3D	CONVERSOR DC/DC PARA VÁRIAS TENSÕES	22
TLU76	ROF1375338/1 R 8A	UNIDADE DE TRONCO DIGITAL	22



TMU	ROF1375335/2 R 3D	UNID. RECEPTORA E GERADORA DE TOM E CONFERÊNCIA	33
TELEFONE	DIALOG 3212	APARELHO TELEFÔNICO DIGITAL, COM DISPLAY	110
TELEFONE	DIALOG 4220	APARELHO TELEFÔNICO DIGITAL, SEM DISPLAY	110
TELEFONE	DIALOG 4225	APARELHO TELEFÔNICO DIGITAL, COM DISPLAY	11
TELEFONE	DIALOG 4222	APARELHO TELEFÔNICO DIGITAL, COM DISPLAY	55
TELEFONE	DIALOG 4422	APARELHO TELEFÔNICO IP	33
ATA	DRG 22i	APARELHO AASTRA DRG 22i	22
TELEFONE	DIALOG 4187	APARELHO ANALÓGICO COM DISPLAY	55

4 – SERVIÇOS ADICIONAIS:

São considerados como adicionais e sujeitos a procedimentos e autorização prévia do Contratante, bem como a cobrança separada pela Contratada, os serviços de manutenção decorrentes de:

4.1 – Inundação e sobrecarga elétrica decorrente de falha da contratante;

4.2 – Uso inadequado do sistema, para fins distintos para os quais foram especificados;

4.3 – Danos causados por anormalidades climáticas e/ou atmosféricas, agentes externos, roubos, incêndio, sabotagem e outros casos fortuitos;

4.4 – Interconexão ao sistema de equipamentos, acessórios e periféricos não recomendados pelo fabricante;

4.5 – Upgrade, ampliações, reduções e mudanças do sistema do local onde se encontra atualmente instalado;

4.6 – Danos causados, por serviços realizados por terceiros, não autorizados pela Contratada.

4.7 – Defeitos causados pelas linhas-tronco da Concessionária local.

4.8 - Adição ao sistema de novo hardware ou software de interesse do Contratante.

4.9 - Os problemas não incluídos no presente item, serão considerados como de manutenção padrão, nos termos dos serviços constantes do item 3.2.

5 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Serão de inteira responsabilidade da Contratada as reposições imediatas de quaisquer materiais danificados, que se fizerem necessárias para o perfeito funcionamento do sistema, incluídas as baterias do sistema de no-break e aparelhos telefônicos, sem ônus

adicionais para este TRF 2ª RG, exceção feita aos serviços caracterizados como adicionais, descritos no Item 4 do Anexo I – Termo de Referência.

5.2 – A Contratada deverá restabelecer o funcionamento do Sistema, caso ocorra anomalia/defeito decorrente das hipóteses previstas no Item 4 do Anexo I – Termo de Referência, com a reposição imediata de materiais que se fizerem necessários, por empréstimo, até a finalização do processo de aquisição dos mesmos para substituição definitiva.

5.3 - A Contratada deverá estar apta a providenciar, nos prazos previstos nesta especificação, materiais de reposição originais, listados no 3.4.3, necessários à execução do serviço, do início ao término da vigência do contrato, empregando-os nos trabalhos de manutenção, limpeza, lubrificação e reparos realizados por seus técnicos, os quais deverão utilizar somente acessórios e ferramentas recomendados pelo fabricante.

5.4 - Caso seja necessária à remoção dos materiais danificados para realizar manutenção pela Contratada, caso seja solicitado pelo Contratante, deverão ser disponibilizados similares para empréstimo imediato ao setor usuário, até que se termine a devida manutenção, que deverá ser efetuada em no máximo 30 dias;

5.4.1 - Caso seja necessária a substituição das carcaças dos aparelhos retirados para manutenção, deverão ser utilizadas peças novas ou em condições similares de desgaste das substituídas e notificar formalmente o contratante das alterações feitas, de forma a possibilitar a atualização na numeração patrimonial do equipamento.

5.4.2 - Para os materiais que apresentarem defeito nos cabos espiralados e/ou de linha, a Contratada deverá providenciá-los e encaminhar para o Contratante efetuar as devidas trocas.

5.5 - A retirada de quaisquer materiais da Central para manutenção na oficina da contratada, somente será possível após autorização formal do setor responsável pela fiscalização e acompanhamento dos serviços (SECTEL/NUMAN), devendo a contratada, responsabilizar-se pela remoção, adequado acondicionamento e devolução ao local em que devem ser instalados, sem qualquer ônus adicional.

5.6 - Os serviços de reparo, ajustes e programações deverão ser executados de modo a não interferir nas atividades normais do TRF 2ª RG, sendo marcadas pelo setor competente (SECTEL/NUMAN);

5.7 - A Contratada deverá manter em seu quadro funcional, profissional ou profissionais técnico(s), comprovadamente habilitado(s) pelos fabricantes dos equipamentos constantes do Item 3.1 do presente termo de referência, sistema de telecomunicações MD 110 - **MX ONE 6.0**, sistemas de tarifação, call center PCS e URA com correio de voz, por meio de certificados ou declaração, para a execução dos serviços, tanto no âmbito deste TRF 2ª RG, quanto no laboratório da empresa, com vistas à obtenção de excelente nível de qualidade do serviço;

5.8 - A Contratada deverá manter em seu quadro funcional, profissional(is) técnico(s) com formação superior em engenharia eletrônica, eletrotécnica ou telecomunicações, comprovadamente habilitado(s) pelo fabricante através de certificado(s) de especificação técnica em centrais telefônicas MD 110 - **MX ONE 6.0**, com o(s) devida(s) registro(s) no C.R.E.A., responsável(is) perante ao Contratante pelos serviços,



ora propostos, bem como, sempre que necessário, elaborar projeto básico visando a ampliação e/ou melhoria do sistema;

5.8.1 - Caberá ao profissional especificado no item 5.8 supervisionar, fiscalizar e orientar os profissionais mencionados no item 5.7, conforme determina o art. 1º da Resolução nº 218 do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

5.9 - A Contratada deverá possuir laboratório devidamente equipado com ferramental, instrumental e sistemas telefônicos de iguais modelos ao objeto da presente especificação, para testes das placas a serem reparadas, bem como a utilização de peças originais para reparo das placas, garantindo a sua originalidade.

5.10 - A Contratada deverá apresentar mensalmente ao setor competente, (SECTEL/NUMAN), relatório e parecer técnico dos serviços executados no sistema de telecomunicações deste Tribunal, o qual será condição para viabilizar o pagamento do documento fiscal.

5.11 - Em face da abertura do mercado de telecomunicações, a Contratada deverá, sempre que houver a necessidade da troca da Concessionária responsável pela prestação do serviço telefônico local e/ou link ótico de 2 Mbps, pelo Contratante, efetuar, na modalidade de chamado emergencial, a conexão do sistema com o novo serviço e toda programação necessária ao perfeito funcionamento do mesmo.

5.12 - A Contratada deverá disponibilizar, sem ônus adicional, técnico qualificado, para efetuar toda programação necessária ao perfeito funcionamento do sistema telefônico em conjunto com os gateways que compõem o sistema que interliga, via VoIP, a central do TRF com a central telefônica da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, ressaltando que a programação a ser providenciada pela contratada será restrita ao sistema AASTRA/MITEL - VERSÃO: MX ONE 6.0.

5.12.1 - Em caso de necessidade de realocação do LIM remoto instalado na rua Dom Gerardo Nº 46 para outro endereço no centro do Rio de Janeiro, a contratada deverá, sem ônus adicional, disponibilizar técnicos qualificados para o remanejamento do equipamento, efetuando toda programação e configuração necessária ao perfeito funcionamento do sistema telefônico em conjunto com os gateways que compõem o sistema que interliga, via VoIP, à central do TRF2.

5.13 - A Contratada deverá afastar ou substituir qualquer empregado que, comprovadamente, e por recomendação da fiscalização (SECTEL/NUMAN), causar embaraço à boa execução do serviço e/ou danos ao patrimônio deste TRF-2ªRG;

5.14 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas dependências do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o mesmo, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante, ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

5.15 - A Contratada deverá manter a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do presente Contrato;

5.16 - O exercício da fiscalização pelo Tribunal Regional Federal não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada;

5.17 - A Contratada deverá executar os serviços de maneira a não interferirem nas atividades da Contratante;

5.18 - A Contratada deverá refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo setor responsável pelo acompanhamento dos serviços, sem qualquer ônus adicionais para a Contratante;

5.19 - A Contratada reparará, ou quando isto for impossível, indenizará quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrente da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão somente objetiva, desde que sobrevenha em prejuízo da Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;

5.20 - A Contratada deverá designar PREPOSTO, o qual ficará responsável para resolver qualquer problema que ocorra, decorrente da prestação dos serviços contratados, inclusive relativos a faturamento.

5.20.1 - O referido preposto deverá encontrar-se acessível, via telefone fixo e/ou móvel, a ser fornecido imediatamente após a assinatura do contrato, 24 horas por dia, 7 dias por semana;

5.21 - A Contratada deverá apresentar Cópia dos Certificados de participação nos cursos de manutenção e programação ministrados pelo fabricante para Centrais Telefônicas Ericsson / Aastra / Mitel MD 110 **MX-ONE 6.0**, em nome dos profissionais relacionados no documento constante no subitem 9.4.2 do edital.

6 - DAS PENALIDADES E ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

6.1 - As penalidades serão as previstas na Lei 8666/93.

6.2 – Sem prejuízo das penalidades previstas na Lei, serão aplicadas multas, com base em falhas na prestação do serviço, nos casos e formas abaixo discriminadas, sempre que a contratada se enquadrar em pelo menos 1 (uma) das situações previstas na tabela 1, respeitada as graduações de infrações previstas na tabela 3.

Tabela 1

GRAU DA INFRAÇÃO	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	7 ou mais
2	6 ou mais
3	5 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais

6.3 – Pelo descumprimento das obrigações contratuais, a Administração aplicará multas conforme a graduação estabelecida nas tabelas seguintes:

Tabela 2



GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor anual do contrato calculada a base de juros compostos
2	0,4% do valor anual do contrato calculada a base de juros compostos
3	0,5% do valor anual do contrato calculada a base de juros compostos
4	0,6% do valor anual do contrato calculada a base de juros compostos
5	1,0% do valor anual do contrato calculada a base de juros compostos
6	2,5% do valor anual do contrato calculada a base de juros compostos

Tabela 3

ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Manter funcionário sem qualificação para execução dos serviços	2	Por empregado e por dia
2	Executar serviço incompleto, paliativo, substituto como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar;	3	Por ocorrência
3	Fornecer informação falsa de serviço ou substituição de material fora das especificações contratadas;	3	Por ocorrência
4	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais;	5	Por dia e por tarefa designada
5	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes;	2	Por ocorrência
6	Utilizar as dependências da contratante para fins diversos do objeto do contrato;	5	Por ocorrência
7	Recusar-se a executar serviço constante do termo contratual, sem motivo justificado e acatado pelo Contratante;	5	Por ocorrência
8	Retirar do E.Tribunal e das Unidades sob sua gestão, quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, sem autorização prévia do responsável;	1	Por item e por ocorrência
9	Deixar de devolver os equipamentos retirados para manutenção dentro do prazo estipulado no contrato;	2	Por dia de atraso na devolução
10	Deixar de atender aos chamados dentro do prazo estabelecido no contrato;	6	Por ocorrência
11	Deixar de fornecer peças de reposição necessárias ao perfeito funcionamento do sistema;	5	Por ocorrência